

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.903 - PB (2018/0342204-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE** : FELIPE ABRAAO CAMPINA DE MOURA (PRESO)  
**ADVOGADO** : RAFAEL DE ARAGÃO COSTA FERREIRA E OUTRO(S) -  
PB025701  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

**EMENTA**

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM **HABEAS CORPUS**. ROUBO MAJORADO. CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. **MODUS OPERANDI**. REITERAÇÃO DELITIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE ENTRE O DECRETO PRISIONAL E O DELITO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do art. 312 do CPP.

II - **Na hipótese**, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em **dados concretos extraídos dos autos**, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para **garantia da ordem pública**, seja em razão da forma pela qual o delito foi em tese praticado, consistente em **roubo majorado, cometido em concurso de 4 agentes, com grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo, com agressão a uma das vítimas**; seja em razão dos indícios de que o recorrente integra **estruturada organização criminosa, especializada em roubo a bancos**, dados que revelam a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, e justificam a imposição da medida extrema. Precedentes.

III - A prisão cautelar cautelar, **in casu**, também se justifica em razão de **o recorrente ser reincidente**, tendo sido **"condenado por quatro delitos anteriores, estando cumprindo pena em regime semiaberto"**, conforme consignou o d. juízo processante, dado que revela a probabilidade de repetição de condutas tidas por delituosas e a indispensabilidade da imposição da segregação cautelar, em virtude do **fundado receio de reiteração delitiva**. Precedentes.

IV - A jurisprudência do col. Pretório Excelso, também enquadra no conceito de **garantia da ordem pública** a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de **organização criminosa**, no intuito de impedir a reiteração delitiva. Precedentes.

V - Não analisada pelo eg. Tribunal **a quo** a questão atinente à ausência de contemporaneidade entre o decreto prisional e a data dos fatos, não cabe a esta Corte examinar o tema, **sob pena de indevida supressão de instância**. Precedentes.

Recurso ordinário desprovido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Felix Fischer  
Relator